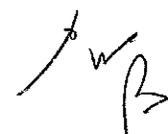


**Golden Actives – Sociedade
Gestora de Participações Sociais,
S.A.**

**Demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de Dezembro
de 2009 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão da actividade Consolidada da Golden Actives - SGPS, S.A., bem como, as respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia

O ano de 2009 foi marcado por uma recessão global, já anunciada e materializada numa contracção do *output* global em cerca de 0,8%. No entanto, a segunda metade do ano marcou uma recuperação económica a diferentes velocidades nas várias regiões do globo, mas suficientemente sólida para suportar uma expansão mundial de 4% em 2010, segundo estimativas do FMI.

A produção e comércio globais recuperaram fortemente na segunda metade de 2009. A confiança subiu quer na frente real, quer financeira, impulsionada pelo maior programa de estímulos desde a Grande Depressão. A política monetária foi extremamente expansionista, com as taxas de juro em mínimos históricos nas regiões desenvolvidas e emergentes, à medida que os balanços dos bancos centrais expandiam para valores sem precedentes e os governos injectavam dinheiro no sistema financeiro para evitar a sua falência.

A recuperação económica nas economias emergentes foi de 2% em 2009, o que permitiu amortecer uma parte da má performance das economias desenvolvidas (-3,2% em 2009). As

economias emergentes da Ásia lideram a recuperação (China cresceu 8,7% e Índia 5,6% em 2009). A recuperação dos preços das matérias-primas ajudou a suportar os produtores das várias regiões. Muitas economias da África Subsariana que tiveram uma pequena contracção em 2009 estão em boas condições para uma expansão em 2010.

Os mercados financeiros recuperaram mais rapidamente do que o antecipado. No entanto as condições são piores do que as verificadas antes da crise, designadamente:

- embora os mercados monetários tenham estabilizado, a expansão do crédito continua limitada devido à necessidade de recapitalização por parte dos bancos;
- apesar da recuperação dos índices accionistas e de um recorde nas emissões de obrigações de empresas, estes aspectos não compensaram a redução do crescimento do crédito. Para além disso, as emissões privadas não abrangem grande parte do sector empresarial;
- a dívida pública cresceu de forma galopante, facto especialmente preocupante nos pequenos países que poderão estar sujeitos a ataques especulativos. A intervenção do Estado na economia (e a diminuição das receitas devido à inversão do ciclo económico) fez explodir o défice das contas públicas, especialmente nos países do Sul da Europa. Isto faz pressupor uma pressão muito grande sobre as obrigações do Tesouro para 2010, possivelmente associada a “downgrades” de risco de país.

Mercado de Capitais

No segmento accionista todos os índices registaram ganhos significativos em 2009. Nos EUA, o *S&P* subiu 23,45% e o *Nasdaq100* 53,54%. Na Europa, o *DAX* subiu 23,85%, o *IBEX* 29,84% e o *Psi20* 33,97%. Os mercados emergentes apresentaram igualmente ganhos apreciáveis (China +79,98% e Brasil +82,66%).

No segmento obrigacionista, nos EUA as obrigações do Estado americano a 10 anos cotavam com um *yield* de 3,84% no final de 2009 versus 2,21% no final de 2008. Por sua vez, as obrigações do Estado alemão a 10 anos cotavam com um *yield* de 3,38% no final de 2009 versus 2,94% no final de 2008.

As “*commodities*” registaram ganhos consideráveis, à semelhança dos restantes mercados. O índice compósito das matérias-primas (*Goldman Sachs Commodity Index*) subiu 50,3% em 2009, com destaque para o petróleo que depois de ter atingido um mínimo abaixo de 40 usd/barril, fechou o ano acima de 80 dólares, com um ganho de 29,65% em 2009.

Também o ouro obteve uma boa performance em 2009 (+24.36%, para 1096.97 dólares), apoiado nos programas de “*quantitative easing*” perseguidos por Reino Unido e Estados Unidos – os quais tiveram como consequência a desvalorização da(s) moeda(s) -, continuando a constituir uma boa reserva de valor.

No mercado cambial, assistiu-se a uma queda significativa do dólar, especialmente notória a partir da altura em a FED resolveu intervir activamente no mercado através de um programa de recompra de dívida. O eurUSD variou pouco se considerarmos os finais do ano (1,3969 em 2008 versus 1,4320 em 2009), mas registaram-se dois períodos distintos: o primeiro trimestre caracterizado por uma subida do dólar potenciada pela mega *margin call* ao nível mundial e o resto do ano em que a monetização da dívida americana teve um efeito positivo ao nível da aversão ao risco, incentivando os investidores a vender dólares versus outras divisas mais ligadas à recuperação económica. Neste contexto o dólar australiano e canadiano estiveram em destaque, mas também o eurUSD teve uma subida apreciável desde os mínimos (atingiu valores acima de 1,50 antes do final do ano).

ACTIVIDADE

A Sociedade manteve as participações que detinha nas sociedades financeiras, a saber: a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social).

No que toca à actividade da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (doravante, GOLDEN BROKER), cumpre dar nota do seguinte:



Durante o ano de 2009, a GOLDEN BROKER focalizou-se na consolidação da sua posição no mercado, através da prossecução da política de Agências, as quais abrangem já a quase totalidade do território de Portugal Continental.

No ano de 2009, a componente de custos traduziu um comportamento adequado, repercutindo-se, mais uma vez, positivamente no desempenho económico da GOLDEN BROKER nesse exercício.

A actividade da GOLDEN BROKER desenvolveu-se durante o ano de 2009 de forma positiva, com as comissões cobradas a registarem um incremento de 14%, apesar do produto bancário ter caído 10%. Como consequência, a GOLDEN BROKER, obteve um Resultado Líquido positivo de 408.923 €, atingindo um resultado por acção, em 2009, de 5,84 € comparativamente aos 8,56€ do ano anterior.

Quanto aos serviços prestados, em especial na gestão de carteiras, em 2009, foram desenhadas e implementada estratégias de investimento, denominada *UP*, *Infinito* e *Oportunity* (esta disponibilizada a partir do início de 2010).

Cumpre ainda salientar que com vista à prestação do serviço global de sub-custódia, liquidação e negociação, em substituição da *Goldman Sachs*, foi celebrado contrato com o *BNP Paribas*, o que permitirá, antevê-se a consolidação do serviço prestado aos clientes da Golden Broker.

No que toca ao *Compliance* e Controlo de Risco, continuou a política de desenvolvimento e implementação de novos sistemas e procedimentos de controlo da actividade levada a cabo pela Sociedade (descritos no Manual de Procedimentos para o efeito elaborado, e objecto de actualização, com vista a dar cumprimento às novas exigências legais e regulamentares).

Mantendo a opção que tem vindo a ser adoptada, e tendo em vista sedimentar o conhecimento acerca do modo como a GOLDEN BROKER se organiza, as regras que regem a sua actividade e, bem assim, os serviços prestados foram organizadas sessões de formação interna destinada a todos os colaboradores da Sociedade, tendo por objecto, nomeadamente o regime fiscal dos instrumentos financeiros e a segurança da informação.

Foi dada sequência ao projecto de expansão tendente a reforçar a capacidade de angariação da Sociedade, consubstanciado, na abertura de uma nova Agência da GOLDEN BROKER, situada em Leiria (já em 2010).

Ainda durante o ano de 2009, cumpre dar nota da manutenção do peso dos clientes profissionais/institucionais no volume de negociação efectuado através da GOLDEN BROKER, do início da disponibilização da negociação de opções sobre acções aos clientes e, bem assim, dos ajustamentos que foram introduzidos no Preçário dos serviços prestados.

Como consequência do acima exposto, os resultados líquidos consolidados foram positivos no montante de 401.841 €.

PERSPECTIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2010, os resultados consolidados do Grupo continuem a ser positivos – fruto da actividade e resultados das Sociedades participadas, em especial da GOLDEN BROKER.

Todos os esforços no ano de 2010 continuarão a ser desenvolvidos no sentido de se reforçar a visibilidade da GOLDEN BROKER no mercado em que opera, nomeadamente, através da:

- Reforço da presença internacional da Corretora, perspectivando-se a abertura de uma Sucursal da Sociedade em Espanha (evolução natural da presença actual em regime de livre prestação de serviços através de agentes vinculados).
- Alargamento da base de Clientes decorrendo das premissas acima expostas, do aumento do leque de instrumentos financeiros disponibilizados, do reforço das plataformas de negociação, do reforço dos serviços de investimento prestados e, ainda, da crescente capacidade de captação de Clientes.

Ao mesmo tempo, e com o propósito de reforçar o nível qualitativo dos serviços prestados, antevê-se um reforço dos procedimentos de *Compliance* e Controlo do Risco. A qualidade de

serviços será ainda beneficiada pela aposta que se manterá na formação de todos os colaboradores da Sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

Ao Banco de Portugal pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 05 de Março de 2010

O Conselho de Administração



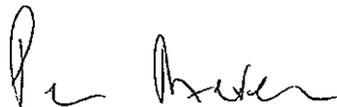
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira

Presidente



Alfredo Manuel Pinto Menezes

Vogal



António Pedro Marques Gonçalves de Jesus Azevedo

Vogal

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de Administração são titulares das seguintes acções da Sociedade e que não efectuaram qualquer transacção durante o exercício de 2009:

	N.º ACÇÕES	AUMENTOS		ALIENAÇÕES	N.º ACÇÕES
	31-12-2008	Aumento Capital	Aquisições		31-12-2009
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	0	0	0	56.000
Alfredo Manuel Pinto Menezes	2.000	0	0	0	2.000

Os órgãos de Fiscalização não são titulares de quaisquer acções da Sociedade.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais, à data de encerramento do exercício de 2009, é a seguinte a posição accionista:

ACCIONISTA	N.º ACÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	56,00%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	10.010	10,01%
Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho	10.000	10,00%
Vasco Alexandre Marques de Freitas	10.000	10,00%
Nuno da Silva Vilaça de Freitas	10.000	10,00%

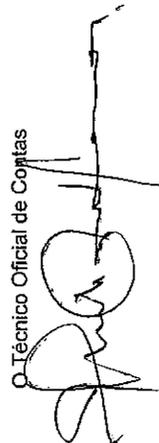
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2009		2008		Notas	2009	2008
	Valor antes de imparidades e amortizações	Imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor líquido			
ACTIVO							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.000	-	1.000	1.000		-	166.824
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17.599.462	-	17.599.462	16.576.099	9	160.000	160.000
Aplicações em instituições de crédito	1.054.400	-	1.054.400	1.686.049	8	20.313.657	19.359.509
Activos financeiros disponíveis para venda	118.391	-	118.391	620.385		<u>20.473.657</u>	<u>19.686.333</u>
Outros activos tangíveis	269.794	(204.900)	64.894	59.846			
Activos intangíveis	102.763	(88.477)	14.286	22.410			
Activos por impostos correntes	30.620	-	30.620	-		500.000	500.000
Outros activos	2.988.282	-	2.988.282	1.753.370	10		
					11	5.000	5.000
					12	(2.496)	(507)
					12	493.333	(67.200)
						401.841	595.533
						<u>1.397.678</u>	<u>1.032.826</u>
Total do Activo	<u>22.164.712</u>	<u>(293.377)</u>	<u>21.871.335</u>	<u>20.719.159</u>		<u>21.871.335</u>	<u>20.719.159</u>
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS							
Responsabilidades por serviços prestados			29.423.726	22.244.892			
Sistema de indemnização aos investidores			14.389	16.666			

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
 (Montantes expressos em Euros)

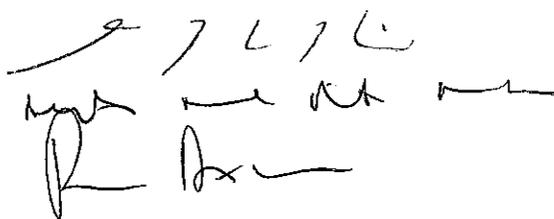
	Notas	2009	2008
Juros e rendimentos similares	13	75.934	251.408
Juros e encargos similares	13	(1.125)	(2.666)
Margem financeira		<u>74.809</u>	<u>248.742</u>
Rendimentos de serviços e comissões	14 e 15	5.546.679	4.861.882
Encargos com serviços e comissões	16	(3.893.635)	(3.193.559)
Resultados de reavaliação cambial		(1.409)	36.325
Outros resultados de exploração	17	(85.883)	(111.609)
Produto bancário		<u>1.640.561</u>	<u>1.841.781</u>
Custos com o pessoal	18 e 19	(338.303)	(399.036)
Gastos gerais administrativos	20 e 21	(708.777)	(615.060)
Amortizações do exercício	6	(49.931)	(39.297)
Resultado antes de impostos		<u>543.550</u>	<u>788.388</u>
Impostos			
Correntes	7	(141.709)	(192.855)
Resultado consolidado após imposto		<u>401.841</u>	<u>595.533</u>
Resultado por acção			
Básico	22	4,02	5,96
Diluído	22	4,02	5,96

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

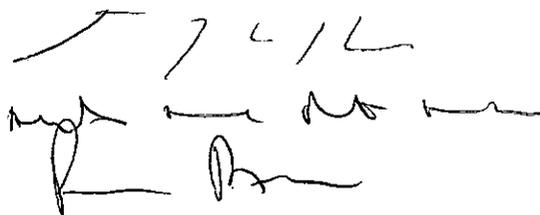
	<u>Notas</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Resultado líquido do exercício		401.841	595.533
Diferenças de conversão cambial		-	-
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda		(1.989)	(69)
Total do rendimento integral do exercício		<u>399.852</u>	<u>595.464</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



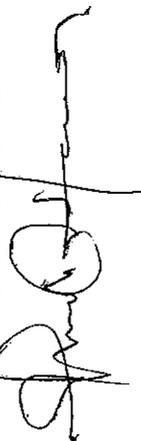
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

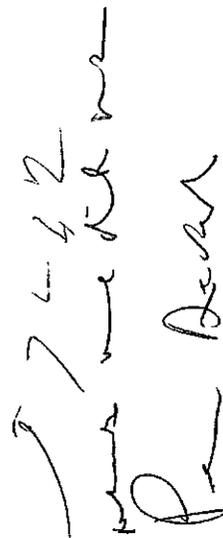
Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado consolidado do exercício	Total dos Capitais Próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	500.000	-	(438)	(91.270)	24.070	432.362
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(69)	-	-	(69)
Aplicação do resultado do exercício de 2007:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	24.070	(24.070)	-
Realização de prestações suplementares	-	5.000	-	-	-	5.000
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008	-	5.000	-	-	595.533	595.533
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	500.000	5.000	(507)	(67.200)	595.533	1.032.826
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(1.989)	-	-	(1.989)
Aplicação do resultado do exercício de 2008:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	595.533	(595.533)	-
Distribuição de gratificações	-	-	-	(35.000)	-	(35.000)
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	493.333	401.841	401.841
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	500.000	5.000	(2.496)	493.333	401.841	1.397.678

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

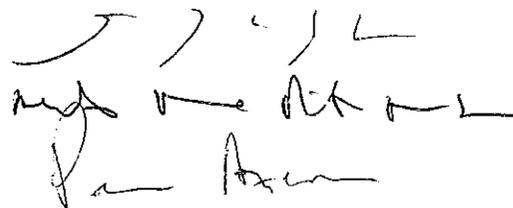
	2009	2008
Actividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	5.618.257	5.109.500
Juros, comissões e encargos similares pagos	(3.898.292)	(3.196.224)
Pagamentos ao pessoal	(322.332)	(350.008)
Recebimentos/ (Pagamentos) de impostos sobre o rendimento	(50.971)	(49.028)
Resultados de reavaliação cambial	(1.409)	1.860
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(784.817)	(694.426)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	560.436	821.674
Diminuições (aumentos) em:		
Activos financeiros detidos para venda	519.605	(514.498)
Outros activos	(390.855)	(30.225)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	128.750	(544.723)
Aumentos (diminuições) em:		
Outros passivos	(86.370)	91.228
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(86.370)	91.228
Fluxos das actividades operacionais (1)	602.816	368.179
Actividades de Investimento:		
Diminuições (aumentos) de activos intangíveis	(40.979)	(6.834)
Diminuições (aumentos) de outros activos tangíveis	(5.874)	(16.945)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(46.853)	(23.779)
Actividades de Financiamento:		
Prestações suplementares	-	5.000
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-	5.000
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	555.963	349.400
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	766.939	417.539
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	1.322.902	766.939

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço consolidado naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.000	1.000
Disponibilidades da Sociedade em outras instituições de crédito	321.902	265.939
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	1.000.000	500.000
	-----	-----
Caixa e seus equivalentes	1.322.902	766.939
	-----	-----
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	17.277.560	16.310.160
Aplicações de terceiros em instituições de crédito	54.400	1.186.049
	-----	-----
Disponibilidades constantes do balanço	18.654.862	18.263.148
	=====	=====

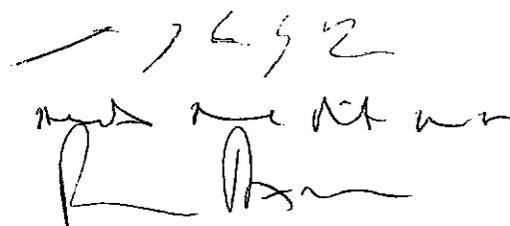
Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes de 17.277.560 Euros e 16.310.160 Euros, respectivamente, referem-se às "Disponibilidades de terceiros" incluídas na rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito", mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes de 54.400 Euros e 1.186.049 Euros referem-se às "Aplicações de terceiros" incluídas na rubrica "Aplicações em instituições de crédito", mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras).

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Sociedade" ou "Golden Actives"), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de Outubro de 2006 tendo como objecto a gestão de participações em outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Durante o exercício de 2006, a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 100% do capital da sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. e 5% do capital da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2009 a Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives ("Grupo"), o qual é constituído por si e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sediada no Porto, constituída em Abril de 2003, e que tem como actividades principais a corretagem e a gestão de patrimónios. Esta sociedade, detida a 100% pela Golden Actives, foi incluída na consolidação pelo método de integração global.

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos da Sociedade e da sua filial e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou "*International Accounting Standards*" / "*International Financial Reporting Standards*" ("IAS / IFRS"), adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal n.º 1 / 2005, de 21 de Fevereiro.

Durante o exercício de 2009, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia foram adoptadas ou aplicadas pelo Grupo pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

<u>Norma/Interpretação</u>	<u>Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)</u>	
NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES:		
IFRS 8 – Segmentos operacionais	1-Jan-09	A IFRS 8 substitui a IAS 14, redefinindo os segmentos relatáveis e a informação a relatar sobre os mesmos.
REVISÕES:		
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (Revisão de 2007)	1-Jan-09	Esta revisão introduz alterações de terminologia, incluindo novas designações para as peças das demonstrações financeiras, assim como alterações ao nível do formato e conteúdo de tais peças.
IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos (Revisão de 2007)	1-Jan-09	Esta revisão introduz a obrigatoriedade de capitalização dos custos de empréstimos relacionados com activos que se qualificam para tal.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
EMENDAS:		
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro / IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas referem-se à mensuração do custo dos investimentos na adopção inicial das IFRS e ao reconhecimento do rendimento de dividendos provenientes de subsidiárias, nas demonstrações financeiras da empresa-mãe.
IFRS 2 – Pagamento com base em acções (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas clarificam a definição de condições de atribuição (<i>vesting conditions</i> e <i>non-vesting conditions</i>) e o tratamento de cancelamentos.
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas alargam as divulgações requeridas relativamente ao justo valor de instrumentos financeiros e ao risco de liquidez.
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras / IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas clarificam a classificação e a apresentação de instrumentos financeiros com uma opção <i>put</i> .
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	1-Jul-08	Estas emendas permitem, em condições limitadas, a reclassificação de instrumentos financeiros não derivados das categorias de justo valor por resultados e de disponíveis para venda para outras categorias.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007	Várias (usualmente 1-Jan-09)	Este processo envolveu a revisão de 32 normas contabilísticas.

O efeito nas demonstrações financeiras do Grupo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção e aplicação das normas e interpretações, revisões e emendas acima referidas, não foi significativo.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, mas têm aplicação obrigatória apenas em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES:		
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10	Esta interpretação clarifica as condições necessárias para enquadrar o reconhecimento do rédito proveniente da construção de imóveis no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilidade de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis provenientes de clientes".
REVISÕES:		
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Revisão de 2008)	1-Jan-10	Esta revisão reflecte as várias alterações ocorridas desde a primeira versão desta norma.
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais / IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão introduz alterações: (a) na mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) no reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) no tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) no registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de venda de interesses das quais não resulte a perda de controlo sobre a entidade.
EMENDAS:		
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	1-Jul-09	Estas emendas clarificam alguns aspectos da contabilidade de cobertura, nomeadamente: (i) a identificação da inflação como um risco coberto e (ii) a cobertura com opções.
IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos / IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas clarificam as circunstâncias em que é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória e a Sociedade ter decidido não as adoptar antecipadamente. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras, decorrentes da adopção das mesmas.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

1.1. Consolidação de empresas filiais

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais das participadas.

As demonstrações financeiras da empresa filial são consolidadas pelo método consolidação integral. As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

Quando necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

Nas situações em que as participações financeiras numa empresa filial sejam adquiridas a uma outra empresa detida pelos mesmos accionistas da Sociedade, estamos perante sociedades com controlo comum, não sendo obrigatória a aplicação do IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais". Consequentemente, as diferenças de consolidação positivas correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o valor líquido dos activos e passivos da empresa filial na data de aquisição, são registadas na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" a deduzir ao valor dos capitais próprios, não procedendo a qualquer imputação do justo valor aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, mantendo os valores contabilísticos que eram apresentados anteriormente.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das empresas filiais, na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos, após se efectuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente, a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

1.2. Instrumentos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de aquisição pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

a) Activos financeiros

i) Outros activos – contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 8).

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação, bem como acções e prestações suplementares de entidades que não sejam classificadas como empresas filiais ou associadas.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Os activos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica "Reserva de reavaliação de justo valor", excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na "Reserva de reavaliação de justo valor" é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados. Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise sobre a existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

b) Outros passivos – passivos financeiros

Os passivos financeiros incorridos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

1.3. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, que não aumentem a vida útil dos activos, são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 5
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objecto de depreciação.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

1.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

1.5. Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

1.6. Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos activos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de activos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro de 2009.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

1.7. Comissões

Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte do Grupo qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pelo Grupo são as seguintes:

- O Grupo auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:
 - Valor da transacção intermediada;
 - Quantidade da transacção intermediada.
- Adicionalmente, o Grupo auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:
 - a) componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
 - b) componente variável (performance) a qual é anualmente calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

1.8. Rubricas extrapatrimoniais

1.8.1. Actividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo seu valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, pelo respectivo valor nominal (Nota 25).

1.8.2. Actividade de gestão de património

A actividade de gestão contratada de activos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 25). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os activos sob gestão, para além das disponibilidades, incluem unidades de participação em fundos de investimento e acções. As acções são valorizadas de acordo com as respectivas cotações de mercado, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respectivas Sociedades Gestoras (Nota 25).

1.9. Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os activos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projecções de evolução futura do negócio.

1.10. Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

1.11. Gestão do risco financeiro

A actividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transacciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da facturação ser efectuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da facturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transacções em moeda estrangeira não foram efectuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a actividade operacional da Sociedade.

1.12. Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na actividade de corretagem, o Grupo reconhece o rédito no momento da efectivação das transacções intermediadas;
- na actividade de gestão de patrimónios, o Grupo reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efectuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 8).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

1.13. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo das empresas ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. INVESTIMENTOS

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respectivas sedes, percentagem efectiva de detenção do capital e actividade desenvolvida em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, são as seguintes:

<u>Denominação social</u>	<u>Sede</u>	<u>Percentagem efectiva de capital</u>	<u>Actividade</u>
Golden Actives – S.G.P.S., S.A. (Empresa-mãe)	Porto		Sociedade gestora de participações sociais
Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.	Porto	100%	Sociedade corretora

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Disponibilidades de terceiros:</u>		
Banco Espírito Santo, S.A.	14.774.567	13.527.319
BNP	902.366	-
Saxo Bank A/S	584.680	1.201.877
Banque Privée Edmond de Rothschild Europe, S.A.	369.293	997.563
Banco HSBC	189.408	196.257
Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona "La Caixa"	128.782	70.046
BPC Cayman	66.236	2.110
Banco Português de Negócios, S.A.	65.019	3.532
MF Global	58.348	-
Banco Comercial Português, S.A.	48.442	40.424
Banco Santander Totta, S.A.	37.500	1.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	15.924	21.299
Banif Banco Internacional do Funchal, S.A.	13.577	32.000
Finibanco, S.A.	9.000	1.000
Montepio Geral	6.105	1.000
Banco BEST, S.A.	6.093	5.429
L.J. Carregosa, S.A.	1.220	954
Banco BPI, S.A.	1.000	51.900
Goldman Sachs International	-	156.450
	<u>17.277.560</u>	<u>16.310.160</u>
<u>Disponibilidades do Grupo:</u>		
Banco Espírito Santo, S.A.	319.396	262.956
Banco Comercial Português, S.A.	2.506	2.983
	<u>321.902</u>	<u>265.939</u>
	<u>17.599.462</u>	<u>16.576.099</u>

As disponibilidades de terceiros (clientes) registadas no balanço do Grupo não lhes conferem o direito a qualquer remuneração. Do total de disponibilidades de terceiros o montante de 9.734.201 Euros refere-se a depósitos à ordem expressos em dólares (USD) estando a maior parte do remanescente expresso em Euros.

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica é constituída por dois depósitos a prazo. Um depósito a prazo próprio, na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A.. no montante de 1.000.000 Euros, o qual vence juros a taxas de mercado e tem o seu vencimento em Janeiro de 2010, e outro de clientes no montante de 54.400 Euros na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A.. o qual vence juros a taxas de mercado e tem o seu vencimento em Fevereiro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica era constituída por dois depósitos a prazo. Um depósito a prazo próprio, na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A. no montante de 500.000 Euros, o qual vencia juros a taxas de mercado e teve o seu vencimento em Março de 2009, e outro de clientes no montante de 1.186.049 Euros na instituição financeira Banque Privée Edmond de Rothschild Europe, S.A. o qual vencia juros a taxas de mercado e teve o seu vencimento em Janeiro de 2009.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Obrigações de emissões públicas nacionais - taxa fixa	15.891	15.580
Obrigações de emissões públicas internacionais - taxa fixa	-	502.305
<u>Instrumentos de capital</u>		
Títulos não cotados de emissores nacionais	96.250	96.250
Prestações suplementares	6.250	6.250
	<u>102.500</u>	<u>102.500</u>
	<u>118.391</u>	<u>620.385</u>

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as obrigações detidas podem ser detalhadas como se segue:

		<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor de balanço</u>
2009	Obrigações do Tesouro – OT 4,375 2007/2014	1.500.000	0,01 Euro	15.891
2008	Obrigações do Tesouro – OT 4,375 2007/2014	1.500.000	0,01 Euro	15.580
2008	Obrigações do Tesouro Alemão – BKO 3,75 3/2009	50.000.000	0,01 Euro	502.305

Em 31 de Dezembro de 2009, as obrigações encontravam-se registadas ao seu justo valor com base na cotação naquela data. As obrigações BKO 3,75% 3/2009 venceram-se durante o exercício de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as Obrigações do Tesouro – OT 4,375 2007/2014 estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as participações minoritárias em sociedades não cotadas correspondem a uma participação de 5% no capital social da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. no valor de 102.500 Euros, dos quais 6.250 Euros se referem a prestações suplementares.

Conforme a política definida na Nota 1.2., este investimento encontra-se registado ao seu custo de aquisição, o qual não excede o seu valor estimado de realização.

Em 31 de Dezembro de 2009, a principal informação financeira relativa a este investimento é como segue:

<u>Activo</u>	<u>Capital próprio</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>Total de proveitos</u>
1.213.117	855.527	149.242	3.135.233

6. ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o movimento ocorrido nas rubricas "Activos tangíveis" e "Activos intangíveis", bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

<u>Rubricas</u>	<u>2009</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Alienações</u>	<u>Transfe-rências e abates</u>	<u>Saldo final</u>
<u>Activos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	83.457	-	-	-	83.457
Mobiliário e equipamento	28.727	2.040	-	-	30.767
Equipamento informático	88.881	38.939	-	-	127.820
Instalações interiores	23.839	-	-	-	23.839
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854
Património artístico	192	-	-	-	192
	<u>228.815</u>	<u>40.979</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>269.794</u>
<u>Activos intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	96.888	5.875	-	-	102.763
	<u>96.888</u>	<u>5.875</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102.763</u>
	<u>325.703</u>	<u>46.854</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>372.557</u>

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

2009					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transfe-rências e abates	Saldo final
Activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	49.108	8.346	-	-	57.454
Mobiliário e equipamento	17.038	6.638	-	-	23.677
Equipamento informático	76.105	19.620	-	-	95.725
Instalações interiores	24.109	639	-	-	24.748
Equipamento de segurança	1.868	-	-	-	1.868
Equipamento de ambiente	741	689	-	-	1.431
	<u>168.969</u>	<u>35.932</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>204.900</u>
Activos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	74.478	13.999	-	-	88.477
	<u>74.478</u>	<u>13.999</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88.477</u>
	<u>243.447</u>	<u>49.931</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.377</u>

2008					
Activo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfe-rências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	83.457	-	-	-	83.457
Mobiliário e equipamento	28.265	462	-	-	28.727
Equipamento informático	84.681	4.200	-	-	88.881
Instalações interiores	22.120	1.719	-	-	23.839
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854
Património artístico	192	-	-	-	192
	<u>222.434</u>	<u>6.381</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>228.815</u>
Activos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	79.490	17.398	-	-	96.888
	<u>79.490</u>	<u>17.398</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>96.888</u>
	<u>301.924</u>	<u>23.779</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>325.703</u>

2008					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transfe-rências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	40.762	8.346	-	-	49.108
Mobiliário e equipamento	13.465	3.573	-	-	17.038
Equipamento informático	65.544	10.561	-	-	76.105
Instalações interiores	23.765	344	-	-	24.109
Equipamento de segurança	1.868	-	-	-	1.868
Equipamento de ambiente	370	371	-	-	741
	<u>145.771</u>	<u>23.195</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>168.969</u>
Activos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	58.376	16.102	-	-	74.478
	<u>58.376</u>	<u>16.102</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.478</u>
	<u>203.780</u>	<u>39.297</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>243.447</u>

O aumento da rubrica "Equipamento informático" ocorrido no exercício de 2009 refere-se, essencialmente, a equipamento para gravação de dados.

7. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que a filial da Sociedade regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica "Outros passivos – Empresas do grupo".

Nos casos em que as sociedades que integram o RETGS contribuem com prejuízos é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades.

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos por impostos correntes são como segue:

	2009	2008
<u>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:</u>		
Retenções na fonte	59	-
Pagamentos por conta	146.807	
Pagamento especial por conta	25.463	-
Estimativa de imposto corrente do exercício	(141.709)	
	<u>30.620</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2009	2008
Estimativa de imposto corrente do exercício, líquida de retenções na fonte e pagamentos por conta	<u>-</u>	<u>166.824</u>

Nos exercícios de 2009 e 2008, a Sociedade e sua filial encontravam-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama, e a taxa de imposto agregada foi de 26,5%.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e da sua filial dos anos de 2006 a 2009 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração das Sociedades entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como segue:

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		543.550		788.388
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,5%	144.040	26,5%	208.923
Tributação autónoma		5.747		6.382
Outros		(8.078)		(22.450)
Imposto apurado com base na taxa efectiva	26,1%	<u>141.709</u>	24,5%	<u>192.855</u>
Do qual:				
- Imposto corrente		141.709		192.855

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

8. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Outros activos" pode ser detalhada como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Devedores diversos:</u>		
Devedores por operações em derivados - Conta margem	2.915.323	1.673.956
Credores por operações sobre valores mobiliários - saldos devedores	45.437	13.426
	<u>2.960.760</u>	<u>1.687.382</u>
Rendimentos a receber	8.030	16.618
<u>Despesas com custo diferido:</u>		
Rendas	7.500	7.935
Outros	6.751	6.651
	<u>14.251</u>	<u>14.586</u>
Contas a regularizar	5.241	15.836
<u>Outros activos - sector público administrativo:</u>		
Imposto de selo a recuperar	-	18.948
	<u>2.988.282</u>	<u>1.753.370</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Outros passivos" pode ser detalhada como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Fornecedores e outros credores:</u>		
Credores por operações em derivados - Conta margem	2.915.323	1.673.881
Credores por operações sobre valores mobiliários - saldos credores	17.158.943	17.389.483
Fornecedores c/c	26.674	22.926
	<u>20.100.940</u>	<u>19.086.290</u>
<u>Encargos a pagar:</u>		
Comissões	138.992	146.037
Remunerações	42.908	86.299
Encargos gerais administrativos	6.203	-
Outros custos administrativos	2.441	16.161
	<u>190.544</u>	<u>248.497</u>
<u>Outras exigibilidades - sector público administrativo:</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:		
Retenções na fonte	8.517	6.453
Contribuições para a Segurança Social	5.313	5.313
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	4.066	11.091
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	1.865	1.865
Imposto do selo	2.412	-
	<u>22.173</u>	<u>24.722</u>
	<u>20.313.657</u>	<u>19.359.509</u>

As rubricas "Devedores por operações em derivados – Conta margem" e "Credores por operações em derivados – Conta margem" respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efectuados pela Sociedade, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, a Sociedade exige dos respectivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do activo "Devedores por operações sobre valores mobiliários – saldos devedores" no montante de 45.437 Euros corresponde aos saldos de operações já realizadas pela Sociedade por conta dos clientes, mas para as quais a respectiva liquidação financeira à Sociedade, por parte dos clientes, se encontra em mora. Daquele montante cerca de 15.000 Euros foram regularizados no início de 2010 existindo um acordo de pagamento relativo a um saldo de 30.000 Euros para a liquidação daquele montante até Julho de 2010. Naquele saldo estão incluídas uma conta a receber e uma conta a pagar, de igual montante (118.015 Euros), relativas a um saldo vencido a receber de um cliente que tem evidenciado risco de cobrança e a uma conta a pagar de igual montante a um comissionista, a qual não será exigível enquanto aquele valor não for realizado, ao abrigo de um acordo celebrado em finais de Junho de 2007 entre a Sociedade e o comissionista.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

A rubrica do passivo “Credores por operações sobre valores mobiliários” corresponde aos saldos a pagar pela Sociedade aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

9. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 refere-se a empréstimos subordinados no montante de 160.000 Euros, obtidos junto dos accionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

10. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 acções nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

11. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelos accionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos accionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

12. MOVIMENTOS NO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

A legislação vigente para o sector bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A variação registada na rubrica “Reserva de reavaliação de justo valor” no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 diz respeito à valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5).

O valor registado na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” inclui 121.588 Euros relativos à diferença entre o custo de aquisição e o valor líquido dos activos e passivos da filial Golden Broker à data da aquisição (Nota 1.1).

13. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Outros juros e rendimentos similares:</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos à ordem e a prazo	59.790	237.392
Juros de aplicações em instituições de crédito	11.788	10.227
Outros juros e rendimentos similares	4.356	3.789
	<u>75.934</u>	<u>251.408</u>
<u>Outros juros e encargos similares</u>	<u>(1.125)</u>	<u>(2.666)</u>

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

14. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Actividade de corretagem:</u>		
Comissões de corretagem - fora de bolsa	4.544.400	4.110.347
Comissões de corretagem - bolsa	969.673	695.934
	<u>5.514.073</u>	<u>4.806.281</u>
<u>Actividade de gestão de activos:</u>		
Comissões de gestão	21.470	36.361
Comissões de performance	9.016	2.148
	<u>30.486</u>	<u>38.509</u>
Outras	2.120	17.092
	<u>5.546.679</u>	<u>4.861.882</u>

15. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Os proveitos registados na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foram prestados, essencialmente, a clientes sedeados no mercado nacional e espanhol.

16. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Actividade de corretagem:</u>		
Comissões de corretagem	3.817.713	3.159.921
<u>Actividade de gestão de activos:</u>		
Comissões de gestão	17.427	25.705
Serviços bancários	58.495	7.933
	<u>3.893.635</u>	<u>3.193.559</u>

17. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica refere-se, essencialmente, a Imposto sobre o Valor Acrescentado suportado pela subsidiária Golden Broker em virtude da mesma realizar operações que não liquidam aquele imposto, pelo que também não conferem direito à dedução do imposto suportado.

18. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Remuneração dos órgãos de gestão (Nota 19)	72.854	122.500
Remuneração dos colaboradores	214.203	223.072
Encargos sociais obrigatórios	50.971	51.729
Outros custos com pessoal	275	1.735
	<u>338.303</u>	<u>399.036</u>

O quadro de pessoal do Grupo, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, pode ser resumido como segue:

	2009	2008
<u>Com funções administrativas de enquadramento:</u>		
Administradores – Executivos	3	3
Directores	1	-
Pessoal técnico	6	7
Pessoal administrativo	1	1
	<u>11</u>	<u>11</u>

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

19. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Grupo ascenderam a 72.854 Euros e 122.500 Euros, respectivamente (Nota 18). A diminuição das remunerações do Conselho de Administração deve-se, essencialmente, à atribuição de prémios deliberada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o que não ocorreu no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não existiam adiantamentos ou créditos concedido a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Serviços especializados	269.762	225.186
Publicidade	125.100	45.413
Rendas e alugueres (Nota 21)	90.727	91.859
Comunicações e despesas	47.628	68.060
Deslocações e estadas	42.997	35.665
Rendas de locação operacional	16.905	35.645
Outros	115.659	113.232
	<u>708.778</u>	<u>615.060</u>

21. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com outras empresas do grupo Golden Actives e outras entidades relacionadas, nomeadamente empresas do Grupo Golden Assets e suas subsidiárias, grupo esse com uma estrutura accionista idêntica à da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2009 eram os seguintes:

Outros passivos (Credores por operações sobre valores mobiliários)	
Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (contas extrapatrimoniais)	13.749.379

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, as transacções realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives e empresas relacionadas detidas por accionistas comuns foram como segue:

<u>Transacções com a Solid Assets - Gestão Imobiliária e Serviços às Empresas, Unipessoal, Lda.</u>	
Rendas e alugueres (Nota 20)	90.000
<u>Transacções com a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.</u>	
Custos suportados com a cedência de pessoal	36.000
Comissões recebidas	2.801.616
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	6.000
<u>Transacções com a GNI Events – Produção de Eventos, S.A.</u>	
Publicidade (Nota 20)	90.000

22. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2009	2008
Resultado para efeitos do cálculo do resultado por acção líquido e diluído	401.841	595.533
Número médio ponderado de acções para efeitos de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	100.000	100.000
Resultado por acção:		
Básico	4,02	5,96
Diluído	4,02	5,96

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 19 de Março de 2010. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Accionistas.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

25. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
Responsabilidade potencial perante o Sistema de Indemnização aos Investidores	14.389	16.666
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores (Nota 1.8.1.)	26.550.599	20.383.992
Valores administrados pela instituição (Nota 1.8.2.)	2.873.127	1.860.900
	<u>29.423.726</u>	<u>22.244.892</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Golden Broker assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de Dezembro de 2009, ascende a 15.891 Euros (Nota 5).

A rubrica “Depósito e guarda de valores” reflecte o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Golden Broker, os quais são depositados em diversas instituições bancárias (títulos com existência física) e na CVM – Central de Valores Mobiliários (títulos desmaterializados).

Os activos geridos apresentam o seguinte detalhe:

	2009	2008
Fundos de investimentos mobiliários	751.515	87.402
Acções	1.402.347	498.109
Outros	719.265	1.275.389
	<u>2.873.127</u>	<u>1.860.900</u>

Estes activos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.8.

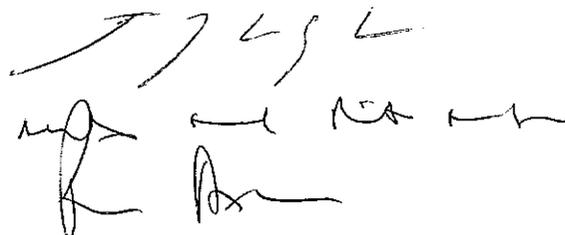
Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os “Fundos de investimento mobiliários” são, essencialmente, compostos como segue:

Título	2009			2008		
	Quantidade	Valor	Total	Quantidade	Valor	Total
Harbinger Capital A	360,00	297,11	106.958	360,00	242,78	87.402
Atmosphere Fund Class A	5.957,09	108,20	644.557	-	-	-

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Accionistas da
Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade, bem como da sua subsidiária, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade e da sua subsidiária, as informações e os esclarecimentos solicitados.

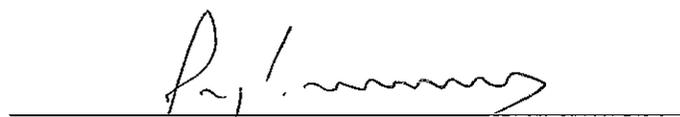
No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2009 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, que não inclui reservas nem ênfases.

Gostaríamos de referir que durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Sociedade não cumpriu, na íntegra, com o disposto na legislação que rege a sua actividade no que se refere à limitação da concessão de crédito, na medida em que naquela data existiam contas a receber relativas a saldos de operações de títulos realizadas pela Sociedade por conta de clientes para as quais não foi ainda àquela data concretizada a respectiva e integral liquidação financeira. Estas situações encontram-se detalhadas na Nota 8 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do descrito no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade e da sua subsidiária, o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 29 de Março de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matricula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”) e subsidiária, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 21.871.335 Euros e capitais próprios de 1.397.678 Euros, incluindo um resultado líquido de 401.841 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

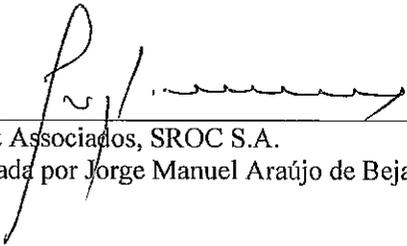
3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 2 de 2

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e sua subsidiária em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Porto, 29 de Março de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ACTAS

ACTA N.º 4

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e dez, pelas onze horas, reuniu na sede social sita na Avenida da Boavista, número 2427/2429 (dois mil quatrocentos e vinte e sete/ dois mil quatrocentos e vinte e nove), na cidade do Porto, a Assembleia Geral da GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A., pessoa colectiva e registada na 2ª Secção da 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto com a matrícula número 507.557.514, com o capital social de 500.000 euros (quinhentos mil euros) com a seguinte ordem do dia:_____

Um - Deliberar sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço e Contas do exercício de 2009;_____

Dois – Deliberar sobre o Relatório de Gestão, Balanço e contas, consolidados, do exercício de 2009;_____

Três - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;_____

Quatro - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;_____

Cinco – Remunerações dos Órgãos Sociais._____

Seis – Deliberar sobre restituição de prestações suplementares._____

Encontravam-se presentes accionistas titulares de acções representativas da totalidade do capital social, que assinaram a lista de presenças. _____

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente acta, nos termos do artigo sexagésimo terceiro do Código das Sociedades Comerciais._____

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pela Dra. Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho.

O Presidente da Mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa dos accionistas presentes detentores da totalidade do capital social, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida._____

Iniciando a análise do primeiro ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2009, os quais foram aprovados por unanimidade._____

Passando para o segundo ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas, consolidados, relativos ao exercício de 2009, os quais foram aprovados por unanimidade._____

O terceiro ponto da ordem do dia foi também apresentado pelo Presidente da Mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira: «Propõe-se que os Resultados Líquidos positivos do exercício no valor de 42.917,74 €, tenham a seguinte aplicação: Reserva Legal (5%) – 2.145,89 €; Resultados Transitados – 40.771,85 €»._____

ACTAS

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade. _____

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quarto ponto da ordem do dia. Solicitou a palavra o Presidente do Conselho de Administração, Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, que teceu considerações acerca da evolução geral da economia e expôs os actos de gestão mais relevantes verificados no exercício em análise. O Presidente da Mesa apresentou então a seguinte proposta: _____

«Proponho que seja conferido um voto de louvor aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização desta sociedade», a qual foi aprovada por unanimidade. _____

O Presidente colocou, então, à discussão o quarto ponto da ordem do dia. Tomou então a palavra o accionista Joaquim Pedro Almeida Costa, o qual apresentou a seguinte proposta:

«Proponho que seja aprovada a Política de Remunerações constante em documento anexo à presente acta e que dela faz parte integrante». _____

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade. _____

O Presidente colocou, então, à discussão o sexto ponto da ordem do dia. Tomou, então, a palavra o Vogal do Conselho de Administração, Dr. Alfredo Manuel Pinto Menezes, o qual apresentou a seguinte proposta: _____

«Considerando que se verificam, integralmente, os pressupostos legais de cuja verificação depende o reembolso das prestações acessórias de capital sujeitas ao regime das suplementares, proponho que se aprove a restituição das prestações suplementares actualmente constituídas a favor da Sociedade, no montante de 5.000,00 €.» _____

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade. _____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu esta sessão por encerrada cerca das onze horas e cinquenta minutos, para constar, dela se lavrou a presente acta que depois de lida vai ser assinada pelos membros da Mesa, em sinal de conformidade. _____

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,



A Secretária,

